

Política

Os Ministérios fazem "lobby" para influir na nova Constituição

ZENAIDE AZEREDO

Nunca o Executivo se preparou tanto para lidar com o Legislativo como agora. Vem aí a Assembléia Nacional Constituinte e, através dela, o todo-poderoso poder atualmente centralizado na Presidência da República pode se esvaír e, com ele, todos os ministérios, militares e civis — sobretudo os de funções econômicas podem perder prestígio e influência.

Ninguém desconhece que esta terceira Constituinte brasileira é a do lobby, da pressão sobre os parlamentares, e, em função disso, é grande a azáfama ministerial visando a aumentar sua atuação junto aos eleitos pelo povo, para redigir a próxima Carta Magna. Surge aqui, com força total, o assessor parlamentar. A inquietação vigente é tão significativa que o Ministério da Justiça está criando essa função de assessor, em moldes convencionais, a exemplo do que já acontece em todos os ministérios. Até agora funcionava naquele Ministério apenas um Departamento de Assuntos Legislativos, incumbido de fazer pesquisas e coleta de informações na área do Congresso Nacional.

Conforme os assessores mais próximos do ministro Paulo Brossard, o universo de temas a serem discutidos pela Constituinte e a importância da maioria deles justifica, com sobras, a mudança da atual rotina, no que diz respeito à ligação do Ministério com o Congresso.

E assim acontece, em maior ou menor grau, com todos os ministérios, onde a figura do assessor parlamentar ganha destaque especial.

A maior expressão desta importância ficou registrada na quinta-feira, quando o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, reuniu em seu gabinete os assessores parlamentares de todos os ministérios, com a finalidade de definirem, juntos, as diretrizes comuns a serem adotadas durante a Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, de que forma o Executivo atuará junto aos 600 parlamentares da Constituinte.

Do ponto de vista prático, conforme revelou um dos participantes do encontro, nada pôde ficar determinado, por enquanto, tendo em vista que ninguém sabe ainda como atuará a Constituinte, quantas comissões terá ou como ela dividirá seus trabalhos com a Câmara e o Senado.

Entretanto, do ponto de vista estratégico, não restam dúvidas sobre a forma como os assessores parlamentares devem dirigir suas reivindicações e pretensões aos constituintes.

A movimentação maior vem da área militar. Habitados, ao longo dos últimos 20 anos, a prescindir do Congresso Nacional e dos parlamentares para atingir seus objetivos, Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas foram os primeiros, ao alvorecer da Nova República, a valorizar e aumentar suas assessorias parlamentares. Até mesmo o EMFA, um ministério diferente, na medida em que assessora o presidente da República para assuntos militares, e muitas vezes acumula funções dos outros ministérios, criou sua assessoria parlamentar.

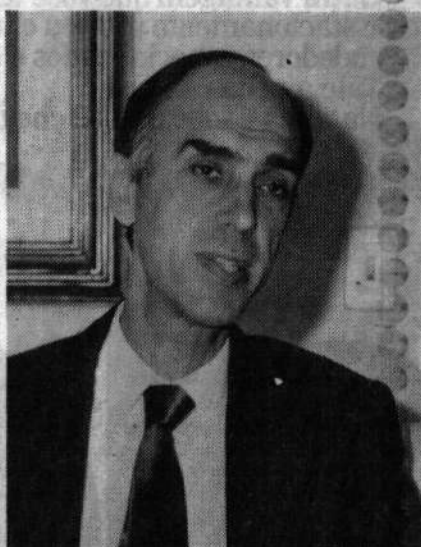
Exército, Marinha e Aeronáutica atuam, no momento, com poucos assessores parlamentares, mas reconhecem que esse número deve ser reforçado ao se iniciar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Isso porque, conforme admitiram, o Brasil vive um novo tempo de valorização do Congresso Nacional, entretanto, paradoxalmente, neste contexto de aceitação das regras do jogo, os militares ainda mantêm a estratégia antiga de manutenção do papel constitucional das Forças Armadas como meta principal a ser preservada na próxima Carta Magna. E essa atitude confunde-se naturalmente com os anos passados, visto que a última definição do papel constitucional das Forças Armadas data da emenda constitucional de 1969, feita pela junta militar.

Os militares estão cientes disso, assim como da composição do Congresso Nacional, renovado em cerca de 70% de seus quadros e com conteúdo bem mais progressista que aquele vigente até agora.

Isso, porém, não os assusta e pretendem conversar, se possível for, com cada constituinte, num esforço sobre-humano de fazer valer suas prerrogativas na próxima Carta. Guardados os pequenos detalhes que as diferenciam — soberania aérea, marítima e terrestre —, as três forças têm, contudo, um objetivo comum: sua participação na manutenção da segurança interna, garantindo a lei e a ordem.

Uma porcentagem significativa dos parlamentares, no entanto, considera que essa não é uma tarefa do Exército, Marinha e Aeronáutica e sim da Polícia Militar ou de uma guarda nacional, como ocorre nos países desenvolvidos. Aludem, em sua defesa, a prática dos últimos 20 anos, altamente desgastante para as Forças Armadas, quando tomaram para si a missão de guarda ideológica do País.

Já os militares têm outra visão e acham que falta aos parlamentares conhecimento aprofundado das atividades das Forças Armadas. E baseados no sucesso obtido junto aos congressistas nos dois anos de Nova República, quando graças ao trabalho diário dos assessores parlamentares conseguiram aprovar uma porcentagem considerável de projetos, vão novamente partir para a conversa, o "diálogo". Trata-se de um lobby diferente, sem pressão econômica, que é definido por um assessor militar como "o esforço por um feito de forma séria e profissional para defender os interesses da Força". Segundo um outro militar, o fato de haver novos



Marco Maciel

representantes do PT, PCB, ou mesmo PMDB no Congresso, isso não mudará em nada o quadro parlamentar, uma vez que dizem ser mais fácil conversar e conseguir algo com esses constituintes do que com outros de posição mais conservadora. Na prática, porém, essa preocupação é latente, uma vez, que nem bem terminadas as eleições, viajou com destino aos Estados Unidos e Europa, o chefe de gabinete de um ministro militar, para, entre outros temas, informar seu pessoal no Exterior sobre: o resultado das eleições e novo quadro parlamentar; a atenção que deve ser dada aos novos governadores; o aspecto social que pode crescer na Nova Carta e, paradoxalmente, a abordagem ao crescimento e preponderância do PMDB na Constituição do novo Congresso.

Na área de política externa as preocupações são semelhantes às aquelas existentes no setor militar, apesar de os candidatos à Assembléia Nacional Constituinte não se terem preocupado muito com a questão, o que já não aconteceu com a problemática da segurança nacional.

Entretanto, mesmo sem a expectativa de modificações substanciais, o Itamaraty fará o possível, junto ao Congresso Constituinte, para garantir sua atual autonomia.

Diplomatas argumentam que seria muito complicado para o Brasil ter, por exemplo, de solicitar autorização ao Congresso para firmar acordos com outros países do mundo. Hoje, essa ingerência é muito pequena — os embaixadores são sabatinados pelo Senado e o Congresso aprova os acordos internacionais —, e os acordos



Paulo Brossard

dos suplementares não são submetidos à apreciação do Congresso.

E nem o Itamaraty quer que isso aconteça, argumentando que, se assim fosse, a confiança que outros países depositam no Brasil poderia ficar abalada, caso o Congresso resolvesse discutir e mesmo recusar acordos bilaterais já firmados.

Como a Justiça, Itamaraty e Forças Armadas, cada ministério tem pretensões na Constituinte. O do Interior, por exemplo, quer firmar posição no sentido de caracterizar-se como um ministério dos problemas regionais, não tendo, portanto, condições de atuar sozinho, sua proposta é levar um trabalho integrado com os ministérios da Saúde, Educação e Agricultura, para reter o homem no campo.

Já no Ministério do Desenvolvimento Urbano, todo um esquema de trabalho junto aos constituintes vem sendo desenvolvido há muito tempo. O ministro Deni Schwartz quer ver aprovada duas leis: a lei de uso do solo urbano e uma legislação específica e definitiva para a preservação do meio ambiente, priorizando áreas como a Amazônia e o Pantanal Mato-grossense.

Qualquer que seja a área, todavia, todos se movimentam muito e preparam-se para enfrentar a Constituinte como se estivessem entrando num campo de batalha onde se digladiam Executivo e Legislativo. Nessa contenda pelo poder, na Nova República, vale ressaltar a observação feita por um militar quando indagado sobre a ação dos assessores parlamentares durante a Constituinte: "Nossa tática é secreta".

Brasília/Ag.Estado



Deni Schwartz